ATA DA REUNIÃO DA MESA ESTADUAL DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E NO CAMPO

Aos 31 dias de março de 2015, na Cidade Administrativa, na sede da Companhia de Habitação de Minas Gerais, realizou-se reunião com o objetivo de aprovar o texto final do decreto de instituição oficial da Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e no Campo, entre as partes interessadas, conforme lista de presença anexa. Tendo como princípio "Ouvir para governar", foi discutida e deliberada a seguinte pauta:

→ Aprovação do texto final do decreto de instituição oficial da Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com as ocupações Urbanas e no Campo.

Atendendo solicitação dos representantes dos movimentos populares de ocupação, acordou-se que o prazo para aprovação do texto final do decreto será estendido por mais uma semana. Sendo assim, fica definida a data de 07/04/2015 para aprovação final do texto, que posteriormente será encaminhado à assinatura do governador. Acertou-se ainda que, antes da aprovação do texto final do decreto, será realizado no dia 06/04/2015, às 14h, na Casa Civil, um encontro entre as advogadas e representantes dos movimentos sociais com o procurador Rômulo Ferraz, para debate e ajustes nos termos do decreto.

→ Ocupação Nelson Mandela

O representante da ocupação Nelson Mandela, Romerito, manifestou sua preocupação em relação à dificuldade em atender aos critérios da Urbel de aprovação dos imóveis para os quais serão remanejados os moradores. A representante da Urbel, Ana Flávia Machado, alega que os critérios consideram principalmente a situação de risco da moradia e informa que serão reavaliados os casos de residências reprovadas por insalubridade.

O representante da Comissão Pastoral da Terra, Frei Gilvander, solicita que a Prefeitura de Belo Horizonte entre com uma petição estendendo o prazo para o remanejamento das famílias da ocupação Nelson Mandela por mais dois meses. Solicitou ainda a flexibilização dos critérios de aprovação das moradias pela Urbel.

O presidente da Cohab Minas, Claudius Vinicius Leite Pereira, que preside a mesa, informou que verificará junto à Prefeitura de Belo Horizonte a possibilidade de dilatação desse prazo, adiantando, porém, que o prazo de dois meses é excessivo. Afirmou, ainda, que também será avaliada, junto à

Prefeitura, a flexibilização desses critérios, respeitando sempre as situações que ofereçam risco.

→ Ocupação Timóteo

A advogada Michelle Farias, representando os movimentos de ocupação de Timóteo, informou que esteve em audiência pública no município no dia 24/03/2015 e que não foram apresentadas por parte da Prefeitura soluções justas e pacíficas para resolução do conflito, que envolve cerca de 700 famílias no município. Solicitou a presença do prefeito municipal nas reuniões da Mesa de Diálogo e Negociação, bem como a participação dos representantes das famílias e dos movimentos sociais nas reuniões realizadas na Prefeitura de Timóteo.

O presidente da Cohab Minas informou que esteve reunido na data de ontem (30/03/2015) com o prefeito de Timóteo, Keisson Drumond, para discutir alternativas de solução do conflito e que as negociações estão em andamento.

→ Ocupação Barreirinho

A representante das Brigadas Populares, Isabella Gonçalves, solicitou que a Cohab Minas, por intermédio da Mesa de Diálogo e Negociação, encaminhe requerimento solicitando informações sobre a condição fundiária/tributária do imóvel ocupado pela comunidade Barreirinho, bem como informações sobre o andamento do empreendimento previsto para a área, tais como: pagamento de IPTU; titularidade do imóvel; contrato de construção na área; número de famílias que seriam beneficiadas; valores que foram destinados pelo Governo Federal e municipal para as obras até a data de sua paralisação.

O presidente da Cohab Minas ponderou que essa não é uma atribuição da Cohab Minas e, sim, do Ministério Público. O promotor de Direitos Humanos, José Silvério Perdigão, informou que fará, nesse sentido, uma interlocução junto à promotora da Infância e da Juventude de Ibirité, Dra. Manoela.

O representante da Comissão Pastoral da Terra, Frei Gilvander, propôs que, enquanto o Ministério Público não apurar todas as informações na Justiça, as ocupações permaneçam no local e que o Governo do Estado não acione a Polícia Militar para atuar na área. Mais uma vez, o presidente da Cohab Minas esclareceu que essa garantia não pode ser assegurada pela Mesa, pois se trata de uma atribuição do Judiciário. Ressaltou,

entretanto, o compromisso do governador Fernando Pimentel de que não será feita nenhuma reintegração sem que haja uma proposta digna de reassentamento das famílias.

→ Complemento da proposta do empreendedor para as ocupações do Isidoro

O presidente da Cohab Minas apresentou um complemento à proposta do empreendedor para as ocupações do Isidoro. Propõe-se que, em terreno contíguo situado no limite da área da Granja Werneck com o município de Santa Luzia, seja desenvolvido o "Programa Minha Casa Minha Vida Entidades" para a edificação de unidades habitacionais com três quartos, destinadas a atender as famílias numerosas identificadas pelo cadastro. Diante da alegação dos movimentos sociais quanto à necessidade de maior prazo para debater a proposta junto às comunidades, o presidente da Mesa propôs a data de 28/04/2015 para que seja seja apresentada uma resposta à proposta do empreendedor.

Os movimentos solicitaram, ainda, que a empresa Direcional Engenharia apresente uma resposta por escrito sobre a negativa da proposta apresentada pelos movimentos sociais, formulada pelos Arquitetos sem Fronteiras em 2014. O engenheiro Francisco Brasil, da Direcional Engenharia, informou que, em outubro de 2014, foi realizado um encontro com representantes dos movimentos no qual foi apresentada uma resposta justificando a recusa à proposta colocada pelos Arquitetos sem Fronteiras.

O presidente da Cohab Minas reafirmou que a atual proposta para as ocupações do Isidoro tem a concordância do Governo do Estado, da Prefeitura de Belo Horizonte e da Direcional Engenharia, argumentando ser esta a alternativa viável para a solução do conflito.

→ Proposta do MST

O representante do MST, Cristiano Meirelles, propõe a criação de uma Mesa Estadual de Diálogo e Negociação específica para tratar as questões relativas aos conflitos do campo, sugerindo a participação do Incra e da RuralMinas em sua composição. O presidente da Cohab Minas informou que consultará o Governo sobre a proposta de subdivisão da Mesa, de forma a atender as questões específicas dos conflitos urbanos e rurais.

→ Próxima pauta

Aprovação do texto final do decreto de instituição oficial da Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com as ocupações Urbanas e no Campo.

Não havendo mais assunto para o momento e estando todos concordes com os termos desta Ata, lida e aprovada por todos, passam a assinar a última pagina e rubricar as demais.

Belo Horizonte, 31 de março de 2015.